

## AURELIANO CHAVES (1929/2003)



No ciclo pós-abertura de 1985, a exemplo de Ulisses Guimarães, Aureliano Chaves não conseguiu firmar a liderança conquistada no curso do movimento que proporcionaria aquele desfecho. No seio do partido oficial (ARENA), contribuiu grandemente no sentido de que o projeto de abertura (“lenta e gradual”), do general Ernesto Geisel, fosse coroado de êxito. A par disto, ao lado de Marco Maciel, Jorge Bornhausen e José Sarney, emergiu como um dos líderes de projeção nacional, no grupo que deu curso à cisão no PDS, que viabilizaria a eleição de Tancredo Neves. Essa eleição assegurou a transição pacífica para governo da oposição (de que não cogitavam os militares no poder), na medida em que as Forças Armadas não se sentiram ameaçadas. Como destacaria Samuel Huntington (1927/2008), renomado estudioso desse tema (transição para a democracia de governos autoritários), a engenharia política levada a cabo no Brasil notabilizou-se por evitar, usando a sua terminologia, o surgimento da “questão pretoriana”. A morte de Tancredo Neves, antes mesmo de assumir o poder, criou uma situação inesperada, passível inclusive de gerar retrocessos. Contudo, firmou-se o governo do MDB, oposição aos governos militares --agora denominado PMDB; cumpriu-se o compromisso de convocação de Assembléia Constituinte, consumando-se a elaboração de nova Carta (a de 1988); restauraram-se as eleições diretas para a Presidência da República (1989). No novo quadro, Aureliano Chaves revelou não estar de posse de nenhuma mensagem renovadora, que, segundo toda evidência, tornara-se a aspiração maior.

Passemos, então, à indicação mais pormenorizada da trajetória desse eminente homem público.

Aureliano Chaves nasceu na cidade de Três Pontas, Minas Gerais, no seio de tradicional família de políticos mineiros. Ao contrário dos jovens desse grupo social, que iriam dar continuidade a tais tradições, não ingressou na Faculdade de Direito mas na Escola de Engenharia de Itajubá (atualmente integrada à Universidade Federal de Itajubá). Ainda que, concomitante à conclusão do curso acadêmico, em fins da década de cinquenta, haja de pronto ingressado na carreira política, jamais descuidou de sua formação técnica, tendo aproveitado todas as oportunidades, que se lhe apresentaram, a fim de aprimorá-la. Graças a isto, conseguiu tornar-se uma referência em matéria de política energética. Entremeada com o exercício de altos cargos políticos, como se indicará, foi diretor da

Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) --que iria proporcionar um modelo de intervenção estatal na geração de energia hidráulica, transposto ao plano nacional; como observador parlamentar participou da Conferência Internacional de Energia Atômica, realizada em Viena, em 1968, assumindo a paternidade do projeto de construção de usinas nucleares no país; teve seu nome associado ao pró-alcool; no governo pós-abertura (José Sarney), ocupou a Pasta de Minas e Energia (1985 a 1988).

Além disto, publicou diversas obras técnicas relacionadas ao tema de sua especialidade e o livro **Ciência, tecnologia, desenvolvimento e segurança**.

Ainda assim, destacou-se sobretudo como ocupante de postos-chave no comando político do país.

Em parte da década de sessenta, exerceu mandatos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e ocupou cargos no Executivo estadual. Nesse período integrava a União Democrática Nacional (UDN). Com a extinção dos partidos políticos (1965), filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA, partido governista no modelo bipartidário imposto pelos militares). Essa agremiação atraiu não só membros da extinta UDN mas igualmente do PSD, as duas maiores agremiações constituídas no interregno democrático (1945/1964).

Elegeu-se para a Câmara Federal, pela primeira vez, no pleito de novembro de 1966. Nesse primeiro mandato de deputado federal participaria de um dos episódios mais dramáticos do ciclo dos governos militares, quando a chamada “linha dura” do Exército parece assumir a hegemonia do processo e dispõe-se a instaurar uma ditadura.

Em fins de 1967, o deputado opositor Márcio Moreira Alves ocupa a tribuna para atacar frontalmente o regime militar. Segue-se a formalização, pelo Executivo, do pedido de licença para processá-lo. Tenha-se presente que o primeiro governo militar (general Castelo Branco), dotara o país de uma Constituição (1967) e, ainda que pesassem restrições ao pleno exercício da democracia --a exemplo da imposição do bipartidarismo--, o clima era de relativa normalidade constitucional, suspensas que estavam as cassações arbitrárias de mandatos parlamentares, de membros do Judiciário, etc.

O Congresso negou a licença, tendo Aureliano Chaves se destacado entre os deputados arenistas que votaram em favor dessa recusa, tornada possível devido ao comportamento do presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Presidindo-a, o deputado arenista Djalma Marinho deu curso ao parecer que entendia o pedido governamental precisaria ser discutido e votado em plenário, ao arrepio do entendimento oficial. O governo exigiu e obteve da Mesa o seu afastamento do cargo. Dando mais uma demonstração de independência, promoveu-se homenagem de desagravo a Djalma Marinho, evento no qual Aureliano Chaves seria o orador oficial. Assim, decorreu de toda

essa movimentação o fato de que a Câmara de haja disposto a afrontar o dispositivo militar.

O revide oficial deixaria atônita a opinião pública. A 13 de dezembro de 1968 o governo editou o Ato Institucional número 5, dando ao Executivo o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional e dos Legislativos Estaduais, cassar mandatos e suspender direitos políticos e garantias individuais. Na mesma data procede-se à suspensão de funcionamento do Legislativo.

O nome de Aureliano Chaves passou a figurar na lista dos parlamentares que teriam o mandato cassado. Entretanto, a medida não se efetivou. Durante o recesso, que durou praticamente todo o ano de 1969, trabalhou numa empresa de consultoria, sediada em São Paulo, no desempenho de funções de sua especialidade (engenharia elétrica).

O Parlamento foi reaberto a 25 de outubro de 1969 a fim de proceder à ratificação formal da escolha do novo Presidente da República (General Garrastazu Médici). O titular do segundo governo militar (Costa e Silva) faleceu no exercício do mandato. Gravemente enfermo, afastou-se em agosto. Sua morte ocorreu a 17 de dezembro de 1969. No período do seu impedimento, o país foi governado por uma Junta integrada pelos três ministros militares. Estes recusaram transmitir o cargo ao vice-presidente, por se tratar de um civil, o renomado jurista Pedro Aleixo.

Médici esteve no poder até 15 de março de 1974, ciclo que costuma ser denominado de “anos de chumbo” pelo clima vigente de repressão política. Apesar de que o país vivia simultaneamente o chamado “milagre econômico”, era crescente a impopularidade do sistema. Além disto, como o último posto da carreira (no Exército) passou a corresponder ao exercício da Presidência da República, a instituição fatalmente tendia a decompor-se em facções rivais. Admite-se que o elemento profissional, próximo ou integrante da mais alta hierarquia militar, ter-se-á decidido a enfrentar a “linha dura” e preparar o terreno para a transferência do poder aos civis. Essa hipótese é que explicaria a escolha do general Ernesto Geisel para cumprimento do novo mandato, tendo em vista que se tratava de personagem notoriamente ligado ao primeiro governo militar (Castelo Branco), comprometido com o reordenamento institucional.

A par dessa característica, Geisel era pessoa familiarizada com a problemática do modelo energético brasileiro, tendo dirigido o Conselho Nacional de Petróleo e presidido a Petrobrás. Esse traço iria aproximá-lo de Aureliano Chaves.

Aureliano Chaves reassumiu o mandato de deputado com a volta do funcionamento do Congresso. Reelegeu-se deputado federal em novembro de 1970. Ao longo do governo Médici, limitou sua atuação parlamentar a assuntos técnicos, entre outras coisas presidindo a Comissão de Minas e Energia. Nessa condição, atuou conjuntamente com Geisel nos assuntos relativos a

petróleo. Coube-lhe saudá-lo quando se estabeleceu que seria o candidato da ARENA à Presidência no pleito (indireto). Essa escolha foi referendada em janeiro de 1974 e o novo mandatário empossado em março de 1974. Cabia-lhe, na nova função, aprovar a escolha (ou proceder à indicação) dos candidatos aos governos estaduais, de igual modo eleitos indiretamente. Acredita-se que por sua iniciativa, em junho Aureliano Chaves seria indicado para o governo de Minas. Em que pese a disputa emergente na convenção partidária, seu nome foi consagrado.

Aureliano Chaves governou Minas Gerais de 1975 a 1978. Nessa condição terá desempenhado importante papel na vitória do General Geisel no enfrentamento da “linha dura” militar. E, deste modo, na manutenção do projeto de abertura política, ainda que “lenta e gradual”, como desejava seu artífice.

O projeto de abertura política do General Geisel compreendia a sua substituição por um militar (general João Figueiredo). Este, contudo, seria o último, devendo transmitir o cargo a um civil (ligado à agremiação oficial). A fim de criar um clima propício a esse desfecho, governaria sem quaisquer poderes excepcionais, eliminando-se a censura à imprensa, pondo fim ao bipartidarismo e restaurando a eleição direta para governadores estaduais. Supostamente com o propósito de dar maior credibilidade a tal projeto, Geisel indicou a Aureliano Chaves para assumir a vice-presidência. A chapa general João Figueiredo-Aureliano Chaves foi homologada em janeiro empossando-se a 15 de março de 1979.

Durante o último governo militar, Aureliano Chaves substituiu o Presidente, no exercício da função, sem que as Forças Armadas tentassem impedi-lo, como se dera no passado. Aparentemente, o script estava funcionando.

Acontece que a Nação acabou dando sucessivas demonstrações de impaciência. Na reorganização partidária, Figueiredo recorreu a um artifício jurídico para impedir que fosse organizado o Partido Popular, liderado por Tancredo Neves, receoso de que essa iniciativa viesse a obstar que o novo partido oficial (PDS) tivesse assegurada maioria no Congresso Nacional, tendo em vista de que a escolha do sucessor dar-se-ia, ainda, pela via indireta.. Contudo, a oposição elegeu governadores nos estados mais importantes. A par disto, lançou no país amplo movimento de rua em prol das eleições diretas. Figueiredo conseguiu impedir que o Congresso aprovasse a correspondente emenda constitucional.

Apesar de todas as precauções de Figueiredo, a escolha do candidato a substituí-lo, pela agremiação oficial, escapou de seu controle. Usando métodos considerados impróprios (falou-se inclusive em “compra de votos”), Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, despontava como vitorioso na convenção. Devido a isto, a dissidência ganhava corpo. Com a intenção de serenar os ânimos, Figueiredo comprometeu-se a encaminhar nova forma de escolha, isto é, votação direta pelos membros do PDS. Nessa

hipótese, tudo indicava que Aureliano Chaves seria o nome preferido. Contudo, não teve condições de cumprir a promessa. A dissidência afastou-se, criando a Frente Liberal que iria viabilizar a eleição indireta do candidato opositor, Tancredo Neves. O fato de que Figueiredo se sentisse derrotado não contagiou a alta hierarquia das Forças Armadas, sabendo-se que Tancredo Neves era pessoa reconhecidamente moderada e conciliadora. Para “oficializar” esse sentimento --se assim se pode dizer--, Ernesto Geisel deu seu apoio a Tancredo Neves. Aureliano iria figurar entre os fundadores da mencionada Frente Liberal, logo transformada em agremiação partidária (Partido da Frente Liberal-PFL).

Segundo se referiu, integraria o Ministério organizado por José Sarney, a quem coube cumprir o mandato, à vista do falecimento de Tancredo Neves.

O governo do PMDB decepcionou amplamente a Nação, submetida a inflação galopante, e a presenciar sucessivos planos para contê-la, sem resultado. A par disto, estava no ar a idéia de que a abertura política precisaria complementar-se pela efetivação de abertura econômica. O modelo autárquico, imposto pelos militares, estava literalmente esgotado. Na contra-mão da história, a Constituição de 88 tratou de reforçá-lo.

Aureliano Chaves seria candidato à Presidência da República pelo PFL, nas eleições de 1989, identificando-se com o que já então era considerado retrógrado: nacionalismo e estatização da economia. Sofreu uma derrota fragorosa. sequer obteve um por cento dos votos, ocupando o oitavo lugar entre os concorrentes. A bandeira da renovação viria a ser assumida pelo candidato Collor de Melo. Apesar de que seu governo se haja transformado num desastre, de que resultou ser afastado pelo Parlamento, ficou o desafio. A abertura econômica seria assumida pela coligação PSDB-PFL, que venceu as eleições de 1994, tendo como candidato a Fernando Henrique Cardoso.

Diante da derrota sofrida em 1989, Aureliano Chaves afastou-se da política. Ainda assim, nos anos que lhe restaram de vida, sempre que se apresentou uma oportunidade, reafirmou suas convicções nacionalistas e estatizantes. Deste modo, ficou radicalmente contra as privatizações levadas a cabo no governo FHC.

O sucesso de tal política serviu para demonstrar que, nessa matéria, é imprescindível estar atento ao curso histórico e evitar o que se convencionou denominar de “síndrome da coerência com o passado”. Aureliano Chaves partia do reconhecimento de que os governos militares cumpriram a aspiração nacional de levar a cabo a Revolução Industrial. Ainda assim, consumado tal objetivo, não há porque deixar de avaliá-lo criticamente.

O certo é que a adoção do modelo de industrialização sob a égide do Estado privou-nos do resultado alcançado nos países que o fizeram sob a égide da iniciativa privada: razoável distribuição de renda.